

SEDES

Grupo de Trabalho

sobre política financeira e macroeconomia

(GTPFM)

À grave crise económica e financeira que Portugal vive há anos veio agora juntar-se uma crise governamental, neste exacto momento indesejável e em larga medida evitável. As causas da crise governamental são conhecidas:

- Sucessão de Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC), sem um horizonte temporal de médio prazo e sem justificação pública do descontrolo orçamental que os justificavam;
- Negociação em Bruxelas do PEC IV, sem o conhecimento prévio do Presidente da República, da Assembleia da República e dos partidos da oposição, em particular do PSD, com quem tinham sido negociados os PEC,s anteriores e sem qualquer esclarecimento da opinião pública;
- Clima político de desconfiança entre os partidos políticos da oposição, o Governo e o Primeiro Ministro,
- Más notícias da execução orçamental de 2010, quedas sucessivas e abruptas dos ratings, problemas de crédito à economia com a concomitante subida acelerada dos juros, apesar do forte apoio do BCE.

Sendo compreensível o mau ambiente gerado pela forma como o novo PEC foi apresentado aos portugueses, seria todavia possível e desejável ter-se evitado a crise governamental, em particular no momento em que a União Europeia está em vias de decidir a nova estratégia de crescimento da União, que se vai chamar 20/20 e, principalmente no curto prazo, a criação de um mecanismo permanente de apoio aos Estados com problemas de dívida soberana.

Ou seja, dever-se ia ter esperado que o Governo terminasse as suas negociações com Bruxelas, ou eventualmente com o Fundo Europeu/FMI se necessário, para julgar posteriormente da vantagem de uma clarificação política. O que poderia ter sido facilmente conseguido através da apresentação na Assembleia da República de medidas alternativas ao PEC do Governo e feita uma negociação posterior nesse sentido, assim houvesse vontade de todas as partes em devido tempo.

A crise, no momento em que foi desencadeada, apenas contribui para obscurecer ainda mais o debate político, gerar desconfiança adicional junto dos nossos parceiros europeus e dos mercados e tornar a próxima campanha eleitoral desnecessariamente agressiva, a ponto de dificultar os acordos pós eleitorais que se mostrem necessários.

Portugal enfrenta agora, depois de muitos anos de descontrolo financeiro do Estado e de políticas atrabiliárias e facilitistas, um enorme desafio de recuperação da credibilidade e da soberania perdidas. Não o poderá fazer em democracia no meio de conflitos permanentes entre os partidos, que nos fazem lembrar a Primeira República, sem a necessária cultura de negociação dos responsáveis políticos e sem visão sobre o futuro do País.

Entretanto, há que falar verdade aos portugueses e iniciar uma nova fase de transparência, de equidade na governação do País, como a única forma de justificar os sacrifícios pedidos aos portugueses, que infelizmente serão muitos e prolongados.

Por isso a SEDES, através do seu GTPFM, apela a todos os partidos políticos e ao Senhor Presidente da República, evocando aqui o seu passado de muitos anos de intervenção cívica, para que tudo seja feito no sentido de acelerar o processo eleitoral e a tomada de posse do novo governo. Apela igualmente, a que seja aproveitada da melhor maneira a campanha eleitoral para o esclarecimento completo da real situação financeira do País. Apela, por último, aos partidos políticos, como pilares da democracia, que não agudizem a campanha o que poderia inviabilizar acordos necessários à boa governação do País. Só desta forma será possível conseguir, pelos votos dos portugueses ou por uma negociação posterior, uma maioria ampla e estável, empenhada na recuperação económica e financeira de Portugal e na defesa do interesse nacional.

SEDES: GTPFM —Grupo de trabalho sobre política financeira e macroeconomia

Luís Campos e Cunha (GTPFM e Presidente da SEDES)

Henrique Neto (GTPFM e Membro do Conselho Coordenador da SEDES)

João Salgueiro (GTPFM e Presidente da AG da SEDES)

Medina Carreira (GTPFM)